

SAÚDE PÚBLICA

Doenças negligenciadas estão nos países pobres e em desenvolvimento



Edmundo Caetano/ DNDi

Profissionais de saúde precisam usar canoas para chegar aos pacientes de malária no Acre

Espalhadas por todo o planeta, mais de um bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 2 por dia: seja no Brasil ou outros países da América Latina e do Caribe, na África, na Ásia e, também, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Estão principalmente no campo, em áreas urbanas de pobreza extrema e em regiões de conflito. Sofrem de todo tipo de carência – de água potável, de escolaridade, de saneamento básico, de moradia e de acesso a tratamentos de saúde – e são as principais vítimas de doenças negligenciadas.

O progresso científico dos últimos 30 anos, principalmente em países desenvolvidos, gerou avanços médicos sem precedentes e um ganho substancial na expectativa de vida. Um artigo publicado na revista *Lancet*, em 2006, apontou que, entre 1975 e 2004, foram registrados 1.556 medicamentos. Destes, porém, apenas 21 foram registrados para doenças negligenciadas, apesar de representarem 12% da carga global de doenças. E mais: em 2002, quando o mercado mundial de fármacos era de US\$ 400 bilhões, nos

Estados Unidos 194 novos medicamentos estavam sendo desenvolvidos pela indústria farmacêutica e de biotecnologia, dos quais apenas uma única droga era contra doenças parasitárias e nenhuma era vacina contra doenças tropicais.

A lista de doenças consideradas negligenciadas varia de um país para outro. Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) concentra seus esforços em dois grandes grupos: doenças tratáveis e contra as quais existem meios de combate (como filariose linfática, oncocercose, esquistossomose e dengue), e doenças ainda sem tratamento e que exigem cuidados específicos (como leishmaniose e doença de Chagas). No Brasil, o quadro de doenças negligenciadas é inquietante, a julgar pelas informações disponíveis em artigos publicados em periódicos qualificados da área médica. Peter Hotez, da George Washington University Medical Center, nos EUA, aponta que grande parte dessas doenças da América Latina e Caribe ocorre atualmente no Brasil, incluindo todos os casos de tracoma e hanseníase, e a maioria dos casos de ascaríase, dengue, ancilostomíase, esquistossomose e leishmaniose visceral.

Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas. Um artigo publicado na *Nature Genetics* em 2002 apontava, dentre as dez biotecnologias de maior impacto na saúde dos países em desenvolvimento, os métodos



diagnósticos de doenças infecciosas, simples e baratos, baseados em tecnologias moleculares; as vacinas recombinantes contra doenças infecciosas; os biofármacos recombinantes mais baratos (insulina, interferons); a bioinformática para identificação de alvos para fármacos e estudo de interações patógeno-hospedeiro; e o sequenciamento de genomas de patógenos com vistas à compreensão de sua biologia e ao desenvolvimento de novos agentes antimicrobianos.

De acordo com estudos publicados pelo Instituto George para a Saúde Internacional, com apoio da Fundação Bill & Melinda Gates, em 2007 foram investidos US\$ 2,56 bilhões em pesquisa de doenças negligenciadas. Desse total, pesquisas sobre a Aids ficaram com 42%; malária e tuberculose, com outros 34% e, menos de 5%, foram para pesquisas em doença do sono, leishmaniose visceral e doença de Chagas, que afetam juntas mais de 500 milhões de pessoas.

Segundo Michel Lotrowska, diretor do escritório regional no Rio de Janeiro da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês), “em 2003, a África consumia apenas 1% dos remédios produzidos na época”. Lotrowska conta que a DNDi surgiu justamente ante às constatações da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), que faltavam medicamentos em regiões empobrecidas. E acrescenta: “para

doenças que também atingiam países ricos, os remédios eram muito caros; para doenças que só atingiam países pobres, os remédios eram muito velhos, sem inovação, e por vezes com muitos efeitos colaterais”. A DNDi trabalha no desenvolvimento de produtos sem fins lucrativos, pesquisa e desenvolve novos tratamentos para as doenças mais negligenciadas e tem como parceiros fundadores o Instituto Pasteur, na França, a Fiocruz, no Brasil, o Ministério da Saúde da Malásia e os institutos de pesquisa clínica da Índia e do Quênia. Seu principal objetivo é fornecer, até 2014, de seis a oito novos tratamentos que atendam às necessidades desses pacientes.

Para Lotrowska, a situação é consequência “tanto de políticas públicas insuficientes voltadas para P&D de medicamentos de interesse nacional dos países em desenvolvimento, quanto da falta de mercado, provocada pelo baixo interesse econômico que esses pacientes representam para a indústria”. Com baixo poder aquisitivo e sem influência política, os doentes e sistemas de saúde de países pobres não conseguem gerar o retorno financeiro exigido pela maior parte das empresas.

ALGUNS AVANÇOS Desde 2006, a OMS e suas mais de 25 organizações parceiras adotam a quimioterapia preventiva como estratégia de combate à oncocercose, à filariose linfática, à esquistossomose e às

PRINCIPAIS DOENÇAS

Ancilostomíase ou amarelão Cerca de 900 milhões de pessoas no mundo vivem com o parasita, que causa cerca de 60 mil mortes anualmente.

Dengue Atinge cerca de 100 milhões de pessoas, em mais de 100 países nas regiões tropicais e subtropicais. 2,5 bilhões de pessoas vivem em condições de risco

Doença de Chagas Afeta cerca de 13 milhões de pessoas, principalmente na América Latina.

Esquistossomose Estima-se que mais de 200 milhões são atingidas, sendo cerca de 120 milhões com sintomas e 20 milhões com graves consequências.

Filariose linfática ou elefantíase É a segunda causa de incapacidade no mundo. Atinge cerca de 120 milhões de pessoas no mundo.

Hanseníase Em 2007 foram registrados 254.525 novos casos e 212.802 estavam em tratamento.

Leishmaniose Existem 350 milhões de pessoas expostas e 1,5 a 2 milhões de novos casos por ano.

Malária Presente em mais de 100 países, ameaça 40% da população mundial. A cada ano, 500 milhões de pessoas são infectadas e 2 milhões de pessoas morrem. As vítimas são principalmente crianças de áreas rurais. Segundo a DNDi, mata uma criança a cada 30 segundos no mundo.

Oncocercose Estima que há no mundo cerca de 17,7 milhões de pessoas infectadas pelo verme, das quais 270 mil já estão cegas e outras 500 mil com sérios problemas visuais. 99% dos casos ocorrem na África, o restante no Yemen e na América Latina, incluindo o Brasil (Goiás e Roraima).

Tracoma Estima-se cerca de 80 milhões de pessoas afetadas e 6 milhões cegas.

Fonte: OMS

geohelmintíases. Para combatê-las, populações afetadas recebem medicamentos a preços muito reduzidos ou doados por fabricantes.

Se compararmos o quadro atual com o de 1985, há margem para otimismo. Naquele ano a OMS estimava que, em todo o mundo, cerca de 360 milhões de pessoas sofriam de tracoma e 5,2 milhões de hanseníase. Atualmente, ainda são muitos os afetados por tracoma – 80 milhões de pessoas – mas a queda foi de mais de 75%. A hanseníase afeta pouco menos de 213 mil pessoas e, nesse período, mais de 14,5 milhões de pessoas foram curadas.

Em dez países da África do oeste, a oncocercose não é mais um problema de saúde pública, nem é considerada uma doença importante do ponto de vista socioeconômico. Outro resultado promissor é com a dracunculose que, em 1985, atingia cerca de 3,5 milhões de pessoas em 20 países. Hoje, são identificados menos de 5 mil casos em seis países, dos quais 98% estão concentrados em Gana e no Sudão.

Desde 2000, o tratamento contra filariose linfática foi intensificado. Em 2007, 546 milhões de pessoas, de 48 dos 81 países endêmicos, foram submetidas a um tratamento preventivo dessa doença: em agosto de 2007, a China foi o primeiro país a eliminar a filariose linfática enquanto problema de saúde pública, seguido pela República da Coreia, em março de 2008.

INVESTIMENTO NO BRASIL EM DOENÇAS NEGLIGENCIADAS

Ano	Nº de projetos	Valor financiado (R\$)
2003	32	3,79 milhões
2004	89	17,06 milhões
2005	96	15,10 milhões
2006	153	38,32 milhões
2007	24	3,59 milhões
2008	72	17,91 milhões

(Fonte: Ministério da Saúde)

BOA VONTADE Ainda timidamente, a indústria farmacêutica tem assumido compromissos. Pfizer, Merck, Sanofi-Aventis, Bayer, Eisai e outras têm feito parcerias em P&D de novas drogas e na distribuição de medicamentos a populações afetadas. Nos últimos dois anos foram lançados, entre outros, dois medicamentos antimalária e um novo tratamento para estágios avançados de doença do sono. Quase 40 anos após o lançamento dos dois únicos remédios disponíveis para doença de Chagas, foi anunciado, em 2009, um acordo entre a DNDi e a Eisai para teste de um novo medicamento contra a doença.

Recentemente, a Pfizer Inc. abriu sua biblioteca de cerca de 200 mil compostos à DNDi e parceiros para testes contra a doença do sono, a leishmaniose visceral e a doença de Chagas. Acordo semelhante também foi firmado com a Medecines for Malaria Ventures (MMV) para testes contra o *Plasmodium falciparum*, que causa a malária aguda.

BRASIL TENTA FAZER A SUA PARTE A situação melhorou desde 2003, embora ainda longe da ideal. Para o representante da DNDi, o Brasil se destaca no cenário internacional: “é o sexto no mundo em investimentos em pesquisa de doenças negligenciadas e o primeiro dentre os países em desenvolvimento”. Em 2008, os países e blocos que mais investiram em pesquisas de doenças negligenciadas são os EUA, com US\$ 1,2 bilhão (70%) seguidos pela União Europeia como um todo, e Inglaterra, Holanda, Irlanda, respectivamente. O Brasil, em sexto lugar, investiu US\$ 21,9 milhões (1,24%).

Além de investir em pesquisa, é preciso passar o conhecimento científico para a inovação na indústria. E desenvolver novos produtos requer mecanismos inovadores de financiamento e redução de custos. Michel Lotrowska acrescenta que para doenças negligenciadas o sistema de patentes de novos medicamentos não funciona: “o sistema precisa ter sustentabilidade; não basta descobrir uma nova droga; é preciso testá-la, distribuí-la, treinar médicos e tratar pacientes. Isso tem um custo elevado”. Sem parcerias entre governos, instituições não governamentais e empresas privadas e sem estímulos e compensações, doenças continuarão negligenciadas e milhões de pessoas permanecerão doentes e esquecidas.

Leonora Assad